

RADAR

favela

COVID-19



Imagem: Acervo Instituto Raizes em Movimento

ESPECIAL Desigualdades, pobreza e o avanço da fome em plena pandemia

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

7 ESPECIAL: DESIGUALDADES, POBREZA E O AVANÇO DA FOME EM PLENA PANDEMIA

8 FOME EM TEMPOS DE PANDEMIA **Silvia Baptista**

13 “A RAIVA E A FOME É COISA DOS HOMENS” **Roberto Castro de Lucena**

15 DESIGUALDADE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL FAVELADA **Paloma Gomes**

18 REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR, **Joice Lima, Thiago Mafiolli, Daiani Araujo**

21 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

22 28 MULHERES CONDENADAS A ENTERRAR SEUS FILHOS EM PLENO DIA DAS MÃES **Mônica Cunha**

25 REABERTURA DA UPA DE MANGUINHOS: QUANDO A FAVELA SE UNE **Elenice Pessoa**

27 AÇÃO DE 1 ANO DA CAMPANHA SE LIGA NO CORONA **Renata Dutra**

30 DEBATES

31 OS IMPACTOS DA ADPF 635 E A SEGUNDA ONDA DA LETALIDADE POLICIAL **Daniel Veloso Hirata, Carolina Christoph Grillo, Renato Coelho Dirk, Diogo Lyra**

34 MOVIMENTOS SOCIAIS

35 “SE ELES LÁ NÃO FAZEM NADA, FAREMOS TUDO DAQUI”: A VOZ DAS FAVELAS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL **Rachel Barros**

39 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO



Imagem: Renata Dutra

RadarLayout COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.


MEMEFONE GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

MUDANÇAS NA GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE EM MANGUINHOS: As unidades de saúde localizadas no território de Manguinhos, como as Clínicas da Famílias, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), estão passando por mudanças de Organização Social (OS) responsável pela gestão dos equipamentos de saúde. A gestão que antes era realizada pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) passa a ser feita pelo Viva Rio. Com a mudança de gestão, os/as trabalhadores/as têm manifestado preocupações quanto à alterações no cálculo dos salários, gestão do trabalho e restrição dos mecanismos de participação.

CRIANÇAS BALEADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: No dia 17 de abril, mais uma criança foi baleada no Rio de Janeiro. Kaio da Silva Baraúna, 8 anos, morador da Vila Aliança/Bangu, estava em uma festa no lugar onde faz aulas de reforço, quando foi atingido por uma bala perdida. Segundo dados da Plataforma Fogo Cruzado, Kaio se tornou a centésima criança baleada na Região Metropolitana entre 2016 e 2021. Após 8 dias internado, Kaio faleceu no dia 24 de abril de 2021.

FAVELAS RETOMAM CAMPANHAS COMUNITÁRIAS PARA COMBATER A FOME: Segundo o Painel Unificador das Favelas do Rio de Janeiro, até o dia 04 de maio de 2021, 4.722 óbitos e 48.260 casos de covid haviam sido confirmados nas favelas. Diante deste cenário, organizações comunitárias de favelas se mobilizam para enfrentar a fome e a insegurança alimentar que também avança. O número de campanhas cresceu muito nas últimas semanas e estão sendo divulgadas pelas redes sociais. Algumas destas campanhas estão divulgadas na página RioOnWatch (link: <https://rioonwatch.org.br/?p=54618>).



PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E DO ESGOTO: Em meio à crise hídrica que tem deixado desabastecida de água, em plena pandemia, grandes parcelas da população, principalmente aquela moradora das favelas, a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae) foi leiloada. Dias antes da realização do leilão de privatização da CEDAE, a Justiça Federal condenou a empresa ao pagamento de multa de 20 milhões de reais pelo descumprimento de um acordo judicial reali-

zado em 1996 junto ao Ministério Público Federal, por não tratar esgoto da Zona Oeste. O leilão da Cedae foi realizado por blocos, e o bloco referente aos bairros da Zona Oeste não receberam propostas. Muitos desses bairros são dominados por milícias.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DISCUTIU OPERAÇÕES POLICIAIS NAS FAVELAS: Nos dias 16 e 19 de abril, foi realizada pelo STF uma histórica audiência pública, transmitida pela TV Justiça, para discutir formas de redução da violência decorrente da intervenção policial nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia.

OPERAÇÃO POLICIAL RESULTA EM 28 PESSOAS MORTAS NO JACAREZINHO: Poucas semanas após a audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para debater medidas de redução da letalidade policial no Rio de Janeiro, uma operação policial na favela do Jacarezinho, localizada na Zona Norte da cidade, no dia 06 de maio de 2021, resultou em 28 pessoas mortas, dentre elas 27 moradores e um policial civil. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) classificou a operação como “chacina”. Registros audiovisuais documentaram o uso de helicópteros. A operação policial provocou ainda a interrupção de serviços de saúde, inclusive a vacinação, e serviços de transporte; na estação de metrô de Triagem, que fica próxima do Jacarezinho, dois passageiros foram feridos. A decisão do STF na ADPF das Favelas limitou a realização de operações policiais em favelas durante a pandemia apenas em situações excepcionais e devidamente justificados, no entanto, ela vem sendo sistematicamente descumprida.



ESPECIAL
DESIGUALDADES, POBREZA
E O AVANÇO DA FOME
EM PLENA PANDEMIA



Imagem: Acervo Manguinhos Solidário

FOME EM TEMPOS DE PANDEMIA

Silvia Baptista, integrante da Teia de Solidariedade Zona Oeste



Imagem: Ana Paula Campos

Registro da ação da Teia na doação de alimentos frescos adquiridos diretamente da agricultura urbana da Zona Oeste (Rio) e dos camponeses do Assentamento Terra Prometida do MST.

O telefone tocou às 8h05 da manhã em um dia calorento do verão carioca. O número era desconhecido e foi forte a tentação de não atender, podia ser um dos muitos spam's que povoam a nossa rotina. Por acaso atendi e a voz era bem conhecida. Era uma amiga das antigas. Falávamos sempre que possível já que a geografia da moradia tinha nos separado. Célia pediu que eu retornasse à ligação para o número antigo, que, no momento estava sem crédito, por isso usara outro telefone.



Imagem: Ana Paula Campos

Pedi uns dez minutos para terminar uma tarefa. Depois de ouvi-la fiquei arrependida de não ter retornado a ligação de imediato. Conversamos. Recordamos momentos de ‘perrengues’ passados juntas. Lembramos um jantar na noite de natal regado a feijão, arroz e chicória e mais nada. Tempos difíceis que sedimentaram nossa relação e que a autorizava a ligar nesta altura da pandemia.

Percebi silêncios e intervalos não condizentes com nossa intimidade. Busquei deixar a minha amiga confortável. Ela conseguiu falar: “Silvia, hoje não tenho comida para o almoço das

minhas filhas. Não tenho nada”.

Emudeci por segundos e pareceu uma eternidade. Estávamos naquela sobra de mês em que o dinheiro começa a ficar raro. Sozinha não conseguiria resolver, mas não ando só. Sou uma mulher preta organizada e isso tem sido tudo. Graças a Teia de Solidariedade da Zona Oeste conseguimos resolver para o mesmo dia e depois inserimos minha amiga nessa organização de mulheres que consegue garantir alimento para um número cada vez maior de famílias.

Você deve estar pensando: que história banal. E, caso me falasse assim, eu te diria: concordo. É um fato muito corriqueiro e por isso mesmo assustador. Há uma repetição de histórias como a de Célia em territórios caracterizados pela desigualdade racial, como favelas, quilombos, ocupações populares, conjuntos habitacionais da periferia. Essa narrativa é uma tragédia evidenciada pela pandemia. Célia é um ícone, uma soma de muitas amigas, vizinhas e conhecidas. Representa a fome em tempos de pandemia: negra, empregada doméstica, chefe de família, com crianças e adolescentes em uma só residência.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou recentemente o consolidado da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017 a 2018, bem antes da pandemia, portanto. Já registrava que 6,5 milhões de crianças viviam com insegurança alimentar. Indicava que “maior vulnerabilidade à restrição alimentar nas casas onde há crianças ou adolescentes”.

O mesmo inquérito demonstra que 51,9% dos lares com grave restrição alimentar, fome, são chefiadas por mulheres. No que diz respeito à raça, 58%. 1% dos domicílios com níveis altos de falta de comida regular eram chefiadas por pessoas pretas ou pardas.

Mesmo com um universo de pesquisa menor e com metodologia diversa, duas outras pesquisas confirmam a tendência dos anos anteriores. Uma delas é intitulada “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” A segunda é denominada “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021).



Imagem: Silvia Baptista

Marta da Conceição Gonzaga, agricultora, plantando uma semente de uma espécie potente para pequenos espaços.

Ambas confirmam que a situação da fome é mais grave em lares chefiados por mulheres e por pessoas pardas e pretas. “A Insegurança Alimentar (IA) grave das família foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade”. (Rede Penssan, 2021, pág. 10).

Sublinho que um importante tema levantado foi a modulação de restrição alimentar grave em famílias com 7 ou mais moradores, ou seja,

em situação de coabitação - um indicador do déficit de moradia. A pesquisa identificou maiores condições de fome onde havia maior número de moradores por domicílio.

As duas pesquisas foram realizadas em tempos de pandemia. Apontam o agravamento da fome e da insegurança alimentar leve. Entre as causas: a restrição alimentar grave “foi seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal” (Rede Penssan, 2021, p. 10).

Nas soluções sugerimos dois campos de atuação: o primeiro de incidência governamental, melhor expresso na luta por renda básica emergencial junto às três esferas – municipal, estadual e federal; e o retorno dos investimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, apoio à agricultura familiar e urbana. Na cidade do Rio de Janeiro é urgente a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan-Rio).

No campo da pesquisa, a Rede Penssan sugere a realização de inquéritos que evidenciem a territorialidade da fome. O trabalho que desenvolvem “inclui também o desenvolvimento de um aplicativo de coleta de informações sobre grupos populacionais de maior vulnerabilidade”. Entender onde exatamente está a fome pode contribuir para políticas municipais para enfrentar essa tragédia no nível local.

No terceiro campo de soluções estão os movimentos sociais e as redes de solidariedade que se movimentam há um ano para mitigar a epidemia da fome. Pertencem a um contexto de expansão da autonomia popular e da autogestão territorial.

Enquanto Teia de Solidariedade Zona Oeste sabemos que é uma luta que se faz de mãos dadas com os movimentos sociais do campo. Lutamos por uma reforma agrária popular. Advogamos que a soberania alimentar e hídrica seja o alicerce seguro, o chão firme, para a construção da sociedade pós-capitalista que estamos construindo. Só então venceremos a mazela da fome.



Imagem: Sany Souza

Fale conosco: mulheres.cpmzo@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Galindo, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021. Disponível em

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Instituto Vox Populi, 2021 - ISBN 978 65 87504 19 3. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/>

“A RAIVA E A FOME É COISA DOS HOMENS”

Aldir Blanc e João Bosco, Ronco da Cuica

Roberto Castro de Lucena,

historiador e morador da favela da Rocinha.

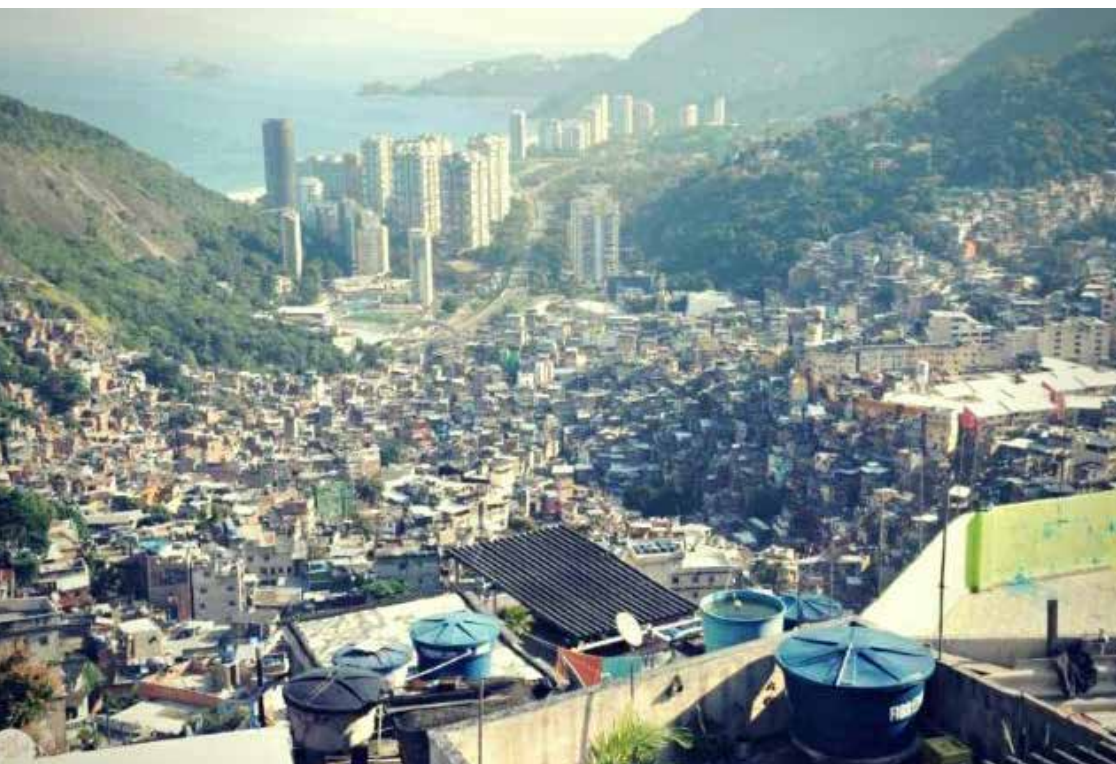


Imagem: Roberto Lucena

Depois de um longo tempo afastado da militância presencial e obedecendo as restrições sanitárias, sábado (17/04), fui convidado para a inauguração do Espaço Comunal Elizia Pi-

rozi, na Rocinha. Lá, encontrei companheiros e companheiras de luta. Após celebrar a inauguração do espaço e com o intervalo do evento, voltei a sentir os sentidos do valor e do calor humano e de conversar presencialmente com amigas e amigos do movimento de favelas.

Conversando e obedecendo as regras sanitárias, mesmo que presencial, os componentes fé, esperança e superação estavam nos becos e bocas. Novos signos nos gestos indicavam: afeto, sem afago; rir, só com olhos; abraços contidos, álcool gel nas mãos e máscara, predominantemente, cobrindo o rosto de cada um. Lanche comunitário, café, suco, cachorro-quente, bolo.

O desejo afoito de colocar o papo em dia não cabia no parco tempo disponível. Muitas vezes mudávamos de tema, mesmo inconcluso, ou transitávamos de roda de conversa de maneira distraída, como se fosse a dança das cadeiras e, subitamente, engatávamos em outra roda buscando nos situarmos na prosa.

Contudo, para a gente periférica e favelada, de todos os assuntos, a fome talvez seja o tema mais difícil de debater e “digerir”. Porque o Covid tem como driblar, mas a fome é implacável. Não cabe debate, e sim ação! Os relatos de quem está há dias sem comer, agonizando, causam tremores, neles e em nós. São pessoas que têm nome e sobrenome. Que querem trabalhar, mas não têm trabalho; que querem comer, mas não têm comida. Que querem teto, mas não têm como pagar o aluguel. Que querem estudar, mas não têm internet. Que querem amar, mas com fome, não têm como. Que querem sonhar, mas de barriga vazia, só pesadelo.

Há relatos deprimentes de mães solteiras e desempregadas que pensam em doar seus filhos, mais que especiais, para seus vizinhos, porque não têm condições de alimentá-los. Episódios que a gente tinha esquecido, pois acreditávamos que tinham sido riscados do mapa da fome. Mas não. A descontrolada pandemia escancarou a desigualdade social e econômica e o famigerado espectro da fome, que parecia eradicado, voltou com força na periferia e nas favelas.

Em um jogo de cena, o poder público promove tímidos e cínicos programas de auxílio econômico para amenizar a fome, que não incide nas mesas das famílias de quem vive nas periferias e favelas. Já as ações solidárias articuladas por moradores e grupos sociais de favelados, que dividem o pouco que têm de mantimentos de suas escassas prateleiras, são os mais exitosos no combate à fome, no entanto com alcance limitado. Comer todos os dias tem sido um grande desafio para muitos brasileiros. Será que a fome não dá para interromper? “A fome tem que ter raiva pra interromper”.

DESIGUALDADE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL FAVELADA

Paloma Gomes,

professora, jornalista popular do Fala Manguinhos, voluntária do Manguinhos Solidário e compõe o Conselho Comunitário de Manguinhos



Imagem: Acervo Manguinhos Solidário

A desigualdade no Brasil é nítida, a riqueza da população brasileira que era concentrada em 45 pessoas, atualmente, foi para 65. Somos mais de 210 milhões de brasileiros, dados que mostram o IBGE e que foram disponibilizados em agosto do ano passado. Ou seja, é um país onde as contradições são muitas, principalmente, pelo fato de ter muita gente em estado de vulnerabilidade total e um grupo tão pequeno – quando comparado com os dados da população já apresentados – detentores de um faturamento que supriria a necessidade de todos os demais.

Quando se olha para um país que tinha tudo para ser avançado, plural, rico, podendo até mesmo ser suporte para outros países, como já foi um dia, é muito frustrante o sentimento que é gerado. Não que isso chegue com a recente onda fascista, com

todas as palavras de sufixo “ista”, que remeta a um projeto doutrinador genocida. Não! Esse momento atual reflete uma população completamente despreparada, desinformada, manipulada, que consegue externar o ódio, cometer atrocidades, mas não conseguem tirar a venda de seus próprios olhos.

Por muitas gerações de poder que passaram pelos nossos governos durante todo esse tempo, não houve uma preocupação em de fato modificar realidades, mas sim, atenuar ainda mais o que já era gritante. Mesmo,

com a chegada de alguns tentando amenizar e equilibrar, com discursos de conciliação de classes, entre outros, não puderam conter as consequências inevitáveis de um sistema capitalista neoliberal. Ainda deixaram brechas para alimentar novas estratégias, se utilizando do avanço da tecnologia, as ondas de Fake News incansáveis, que continuam a manter projetos conservadores.

Sem oportunidades, sem investimento em educação, saúde e lazer, crianças, adolescentes e jovens não se encontram na sociedade, ficam lançados a sorte, claro que essa parte citada possui endereço certo, a favela; é lá que estão os resultados de um país que prioriza a economia e interesses pessoais acima de tudo e qualquer coisa, até mesmo de uma pandemia mundial.

É na favela que os “mimis” ficam mais em evidência, as dores que uma minoria privilegiada não consegue sentir, lateja nas costas de uma mãe de um território entregue ao descaso e à margem social. No trabalho voluntário do Manguinhos Solidário, que atua na favela de Manguinhos há mais de 6 anos, a maior parte da população que chega atrás de ajuda, são as mulheres.

Imagens: Acervo Manguinhos Solidário



São elas, mães, em alguns casos adolescentes, umas trabalham, outras não. Mesmo assim, quando trabalham, são sempre em situações de funções precárias, a maioria sem nenhuma formação, mas que lutam para dar aos seus filhos condições melhores das que viveram e, ainda assim, não conseguem. Falta orientação, falta condição, falta tudo. Não há incentivo, não há programas que acolham essas mulheres para que elas possam transformar seu entorno.

Contudo, a fome é uma inimiga próxima, os governantes fazem pouco ou quase nada, a geladeira vazia, o auxílio emergencial, que não é tão emergente assim para quem o aprova, demora a sair e quando vem, o valor que é liberado não é suficiente para o sustento básico, o que dirá digno de um núcleo familiar. Tudo corrobora para ações que não solucionam efetivamente, mas atendem as demandas de grandes urgências, as ações voluntárias de solidariedade que vem se levando nos territórios de favelas.



Imagem: Acervo Manguinhos Solidário

Moradores, trabalhadores, crias, se organizam para estruturar um trabalho de doações, cada qual com suas estratégias, mobilizam suas redes de contatos, de conhecimento para realizarem ações mensais, até mesmo quinzenais, em seus territórios. Amigos, amigos de amigos, pessoas físicas de instituições e de partidos, etc., são acionados com divulgações de campanhas,

vaquinhas on-line, contas bancárias, entre outros meios, para entrarem nessa luta chamada solidariedade, afeto positivo, que tentam manter nas pessoas, mesmo em meio a todo esse caos a que estamos acometidos.

Seguiremos firmes na luta sempre, a favela transforma o luto em verbo: aqui não temos tempo para recuar, só para avançar. Os problemas são muitos, mas a fé no povo, com muita energia positiva, sem deixar a esperança morrer, florescem, pois somos sementes e foi para isso que fomos colocados onde estamos. Vamos avante, poder para o povo.

REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

Instituto Raízes em Movimento

Joice Lima, Thiago Matioli e Daiani Araujo

O Complexo do Alemão, com seus 70 mil habitantes (dados oficiais), distribuídos por 13 favelas e diversas comunidades, sofre com a precariedade de serviços públicos e de direitos há décadas, criando um contexto em que



Imagem: Acervo Instituto Raízes em Movimento

Distribuição de Cesta Básica, produtos de higiene e limpeza e complemento de frango/leite em Pó

a pandemia da Covid-19 tornou-se ainda mais devastadora em termos econômicos e sociais. O bairro, que já contava com famílias em situação de vulnerabilidade social, começou a ver esse quadro se aprofundar por conta dos efeitos da pandemia.

Mediante este cenário, o Instituto Raízes em Movimento, assim como outras organizações e ativistas, se organizou para mitigar os efeitos do novo coronavírus no bairro. Uma de suas ações foi o projeto Juntas contra o COVID: Complexo do Alemão Com Vida, com o apoio

da Fiocruz através de sua Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, realizada em abril de 2020. As ações consistiam em distribuição de cestas básicas e produtos de limpeza e higiene; atendimento com um assistente social; produção de material de comunicação; e o estímulo ao comércio local.

As ações empreendidas nos informam sobre a complexidade da Segurança Alimentar como um dispositivo que aciona práticas e discursos presentes no quadro de vulnerabilidade social do país, mas que se multiplicaram no contexto da pandemia da Covid-19 – o que é ilustrado por diversas ações de doações de cesta básica por organizações locais, bem como a mobilização nos meios de comunicação em massa através de programas de doação, lives musicais entre outras ações nas mídias.

O que Juntas contra o COVID: Complexo do Alemão Com Vida nos mostra é que, por mais que a doação de alimentos (e materiais de higiene) tenha sua importância e centralidade no combate aos efeitos desiguais da pandemia nas áreas periféricas, elas estão longe de serem suficientes para solucionar o problema.

Ações articuladas com o Serviço Social se mostraram importantíssimas para a garantia da dignidade das famílias atendidas, de modo a promover o acesso a direitos. Por outro lado, ações de segurança alimentar que possam fomentar a economia local potencializam os recursos aplicados na doação de cestas básicas – no caso do Juntas contra o COVID, uma parceria com outra organização nos garantiu cestas que não estavam previstas, complementando os itens doados, com frango e leite em



Imagem: Acervo Instituto Raízes em Movimento

pó adquiridos junto a um comerciante local. E, por fim, mas não menos importante, as ações de comunicação, realizadas por uma equipe experiente no diálogo com a população local se mostraram eficazes pelo uso de meios e linguagens acessíveis ao nosso público alvo.

O que o conhecimento produzido acima nos revela é que o combate às vulnerabilidades sociais e garantia de segurança alimentar em favelas deve levar em consideração tanto um perfil bem definido dessa população, quanto à multidimensionalidade do tema, seja no quadro amplo que compõe os sentidos da cidadania, como na promoção da autonomia das famílias atendidas, ao fim da ação realizada.



Imagem: Acervo Instituto Raízes em Movimento

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos demoradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.



Imagem: Bruno Pessoa - Manifestação no dia 06/01/2021

28 MULHERES CONDENADAS A ENTERRAR SEUS FILHOS EM PLENO DIA DAS MÃES*

Monica Cunha

Técnica em educação social, faz parte da Coalizão Negra por Direitos. Em 2003 foi co-fundadora o Movimento Moleque.

* Texto cedido pela autora, originalmente publicado no jornal El País em 09/05/2021, no sítio <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-09/28-mulheres-condenadas-a-enterrar-seus-filhos-em-pleno-dia-das-maes.html>

Quinta-feira, 6 de maio de 2021, 28 vidas foram tiradas, arrancadas de suas mães, esposas, filhos e amigos. Apagaram-se as histórias e sonhos de 28 pessoas em uma operação fracassada, que denuncia a falência de uma política de segurança pública baseada na maldita guerra às drogas.

Enterrar um filho é algo contra a ordem natural das coisas. Gera uma dor insuportável que se estende por toda a vida. Há 15 anos tive meu filho arrancado de mim pelo Estado e essa afirmação é fruto da minha trágica vivência.

Paranós o Dia das Mães é uma data de muitas lembranças e sofrimento. Não por acaso, o movimento de mães de vítimas do Estado escolheu a semana que se segue a esta data como o período de mobilização e luta contra a genocídio da juventude negra e outras formas de violência do Estado.



Imagem: Djeff Amadeus

E é por isso que saber que 28 mães devem enterrar seus filhos neste Dia das Mães me causa tanta dor. Sinto que essas mulheres nunca mais poderão ter um Dia das Mães alegre com seus outros filhos. Se, para mim, que não enterrei meu filho nesta data, ela é acompanhada de dor, para essas mães será quase insuportável, até porque a resposta das autoridades do Governo do Estado foi de legitimação e comemoração desta tragédia.

A chacina do Jacarezinho já é a ação policial mais violenta da história do Estado do Rio de Janeiro. Sob a justificativa de cumprimento de 21 mandados de prisão, a Polícia Civil do Rio matou 27 pessoas e teve um de seus agentes morto numa operação que levou terror a milhares de moradores e colocou o Brasil nas manchetes de jornais ao redor do mundo.

Os registros em vídeos e fotos dos locais em que ocorreram as execuções denunciam a completa desumanização com que o Estado brasileiro genocida trata a população negra, pobre e periférica. Poças de sangue por toda a favela, casas cravejadas por balas de diversos calibres, quartos de crianças que mais pareciam cenário de filme de terror. Cenas que em qualquer lugar do mundo levariam à demissão da cúpula policial e promoveriam uma reforma profunda da polícia, mas que no Brasil são comemoradas pelas autoridades, revelando que estão pouco se lixando para os traumas causados à população e a dor imposta às dezenas de famílias atingidas.

Esse comportamento evidencia que o racismo estrutural, fundado na tradição escravocrata e excludente do Estado brasileiro, impera. Basta olhar para as imagens da porta do IML no dia seguinte à chacina: famílias inteiras, quase todas negras, desesperadas em busca da liberação dos corpos. São os descendentes de pessoas escravizadas que compõem o grupo dos legitimados a morrer e, se tratando do Jacarezinho, é preciso trazer isso à tona, pois seu território abrigou um quilombo urbano.

Quando a cúpula da Polícia Civil afirma, antes de qualquer diligência investigativa, que não há execuções em uma operação com 28 mortes em decorrência de intervenção policial, ela manda o recado de que não haverá apuração imparcial e que as mortes de jovens, negros, pobres e periféricos são aceitáveis.

Mas eles não contavam com a reação imediata e efetiva de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições que, num mesmo bonde, estiveram no mesmo dia no Jacarezinho e puderam documentar o ocorrido. Da mesma forma, a mobilização puxada pelos movimentos negro e de favelas promoveu uma grande caminhada no Jacarezinho na última sexta, dia seguinte à chacina. Nesta ocasião, liderados pelos movimentos de mães de vítimas deste Estado genocida, gritávamos em uma só voz: NÃO FOI OPERAÇÃO, FOI CHACINA!

O resultado desta ação desastrosa é termos, em pleno Dia das Mães, uma mãe de policial em luto, chorando a perda de seu filho, e outras 27 velando e enterrando os seus.



Imagem: Djef Amadeus

REABERTURA DA UPA DE MANGUINHOS: QUANDO A FAVELA SE UNE

Elenice Pessoa,

Moradora de Manguinhos e integrante
do Conselho Gestor Intersetorial do Teias Manguinhos



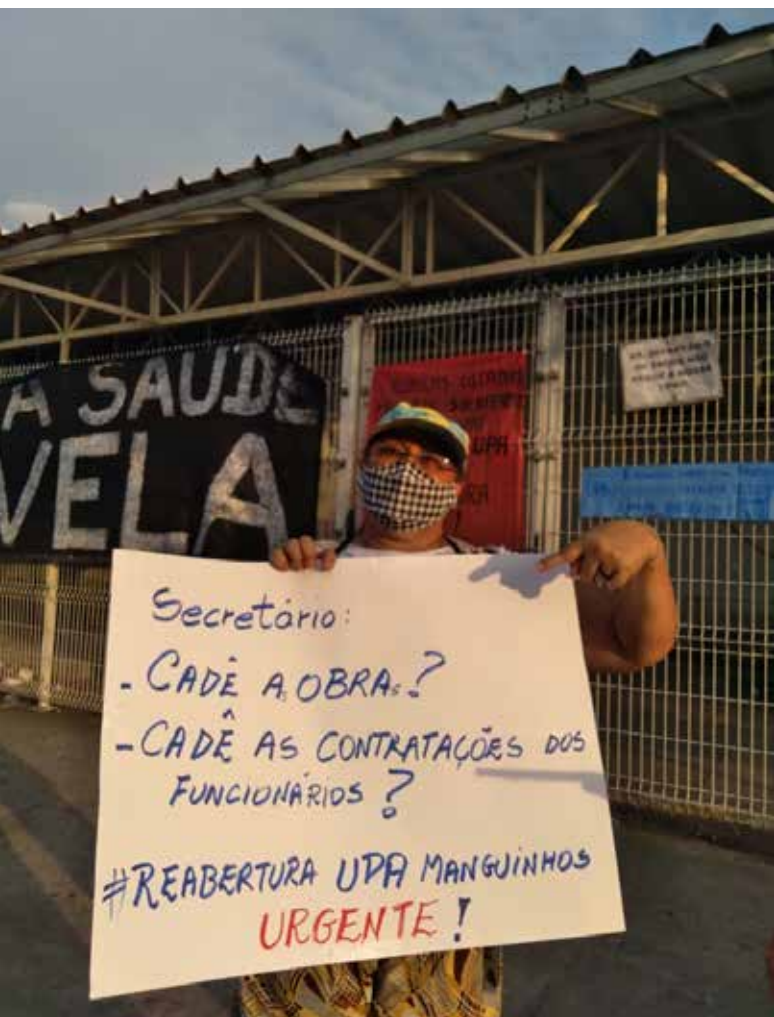
Imagem: Acervo Comacs - Reabertura da UPA no dia 11/04/2021

Domingo, 11 de abril 2021, amanhece com o sol “meio” acanhado, são sete horas. Depois de longos 95 dias com as portas fechadas, onde 38 mil pessoas deixaram de ser atendidas (a média era 400 atendimentos diários), um grupo de moradores, através de uma comissão formada na luta pela reabertura da Unidade de Pronto Atendimento de Manguinhos (UPA Manguinhos) se faz presente na porta da mesma, esperando as portas finalmente reabrirem pra voltar atender o nosso povo.

Depois de tantas mobilizações, passeatas pelas vias embaixo de chuva e sol quente, audiências com secretário e políticos, chamadas nas redes sociais por artistas, o dia chegou. Estávamos comemorando sim, sabendo que a luta continua, pois reabriu, mas o quadro de funcionários não está completo e ainda faltam alguns equipamentos. Estaremos atentos e continuaremos cobrando, afinal: como, no meio de uma pandemia, com um vírus matando 3 mil pessoas por dia, uma Unidade de Pronto Atendimento, que deveria atender casos de alta complexidade como infartos, derrames, fraturas, febres altas, não esquecendo os casos suspeitos de Covid, é fechada da noite para o dia, sem nenhum aviso? E quando cobrados, secretário de saúde e o prefeito deram explicações sem nenhum fundamento como o de que trabalhadores estariam trabalhando sem contrato, obras para serem feitas... Nada que justificasse a medida extrema de fechamento.

Ver as pessoas chegando, mães com filhos machucados por queda, senhorinhas com dores e febre, encontrando as grades da UPA fechada e

Imagem: Bruno Pessoa - Manifestação no dia 06/01/2021



ficarem sem saber pra onde ir ou o que fazer, foi muito desesperador. Alguns vão a pé, ou só têm dinheiro da passagem. Muitos aposentados, donas de casa e desempregados, que só tinham a UPA como salvação para suas dores ou vidas... Ouso dizer que talvez tenhamos perdido vidas, pois na favela o nosso “plano de saúde” é o Sistema Único de Saúde, o SUS; a UPA funcionando com todo o seu quadro de funcionários, com todos os seus equipamentos e insumos, medicamentos, com um atendimento humanizado e igualitário.

AÇÃO DE 1 ANO DA CAMPANHA SE LIGA NO CORONA

Evento de comemoração da Campanha aconteceu em 4 favelas do Rio de Janeiro

Renata Dutra

Jornalista, moradora de Manguinhos e bolsista de Comunicação da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz



Imagem: Vilma Ribeiro

Na sexta-feira, dia 09 de abril, a campanha “Se liga no Corona” completou seu primeiro ano de existência. A campanha tem foco na prevenção ao novo Coronavírus considerando as condições de vida e habitação de populações em situação de vulnerabilidade socioambiental, com foco em favelas e periferias urbanas.

A ação aconteceu nas comunidades do Alemão, Maré, Manguinhos e morro dos Macacos e contou com distribuição de máscaras e circulação de carro de som explicando as formas de prevenção à doença.

Em Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro, a distribuição ocorreu nas comunidades do Mandela 2 e Amorim, locais com grande taxa de infectados pelo vírus, e associações de moradores, além de comércios com grande circulação de pessoas.

Imagem: Acervo Campanja Se Liga no Corona

Segundo o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, o número de casos confirmados é 36.649. No complexo de Manguinhos já soma 830 casos e 70 óbitos. Entre as favelas com maiores casos da doença estão: Complexo da Maré, na primeira posição e Complexo do Alemão na terceira posição.

A pandemia tem mexido muito com a saúde mental das pessoas, o mundo virtual tem feito um papel de aproximar pessoas e ao mesmo tempo afasta-las. A tecnologia tem sido essencial para que os trabalhos continuem acontecendo e o mundo não pare totalmente. Mas acaba aproximando quem está longe e afastando quem está por perto. Nada substitui uma conversa olho no olho.

Na comunidade do Amorim, moradores relataram a falta de conversarem na calçada, irem para suas reuniões



Imagem: Nicolás Calabresa do Emancipa



religiosas e terem seu lazer sem medo desta doença que assombra nosso país e o mundo.

Na ação ficou claro como os moradores estão carentes de assistência do governo, e como tem se sentido sozinhos. Muitos pararam durante a ação para apenas conversarem e contarem como estão enfrentando este momento complicado, mas que um dia irá ter seu fim.

Imagens de cima para baixo:

- 1- Acervo Campanha Se Liga no Corona
- 2- Vilma Ribeiro
- 3- Fábio Monteiro
- 4- Renata Dutra

GENI

Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos

A seção Debates desta edição traz um balanço das operações e da letalidade policial durante a pandemia, realizado por pesquisadores do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense. Os dados apresentados demonstram que a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin de restringir as operações policiais durante a pandemia a situações excepcionais está sendo cumprida apenas parcialmente e o Rio de Janeiro passa por uma segunda onda de letalidade policial.

Os impactos da ADPF 635 e a segunda onda da letalidade policial

Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI/UFF),

Daniel Veloso Hirata, Carolina Christoph Grillo,

Renato Coelho Dirk e Diogo Lyra

Quando a pandemia de Covid-19 chegou ao país em março de 2020, as operações policiais no Rio de Janeiro se encontravam num patamar de letalidade sem precedentes mesmo para os parâmetros historicamente altos desse estado. Diante do contexto de crise sanitária, particularmente agravado nas favelas fluminenses, o ministro do STF Edson Fachin aceitou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida como ADPF das Favelas, que, entre outras medidas, restringiu as operações policiais nessas áreas a casos absolutamente excepcionais. Tal medida se configurou no mais importante instrumento de proteção à vida na história recente deste estado, ainda que sua aplicação tenha sido continuamente sabotada. Como veremos a seguir, o Rio de Janeiro passa por uma segunda onda de letalidade policial que, assim como a segunda onda do Covid-19, tem se mostrado ainda mais mortal.

Neste balanço, utilizamos dados oficiais produzidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) e dados próprios (GENI-UFF) sobre operações policiais, todos referentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, cabe destacar que, como resultado direto da ADPF 635, em 2020 houve uma redução de 59% das operações policiais em relação à 2019, apresentando a maior redução anual e o valor mais baixo dos últimos 14 anos. Em razão disso, em 2020 a letalidade policial caiu 34% com relação ao ano anterior, cessando um crescimento ininterrupto desde 2014 (313%), como é possível observar no gráfico 1. Esses números nos permitem estimar que, graças à ADPF 635, aproximadamente 300 vidas foram salvas nas favelas do Rio de Janeiro.

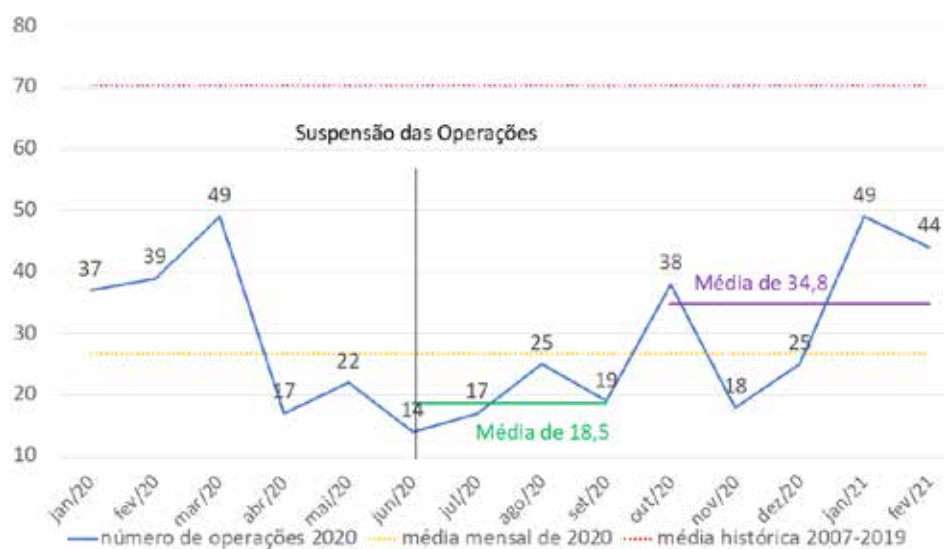
Gráfico 1: Mortes por intervenção de agente do Estado na RMRJ (valores médio e absoluto, 2007-2020)



Fonte: ISP-RJ

Apesar dos resultados extraordinários, a ADPF 635 foi cumprida apenas parcialmente pelas autoridades políticas e policiais do estado, que obedeceram à determinação do STF apenas de junho a setembro, como é possível constatar no gráfico 2. Nesse período, a média de operações por mês foi de 18,5. Contudo, entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, a média mensal de operações aumenta 86% com relação a média entre junho a setembro, chegando ao maior valor numérico no mês de janeiro, quando foram notificadas 49 operações. Na média histórica, de 2007 a 2020, esse valor é de 70,5.

Gráfico 2: Número de operações policiais na RMRJ (janeiro de 2020 a fevereiro de 2021)



Fonte: GENI/UFRJ

A redução das operações policiais está diretamente associada com a redução do número de mortos. Dessa maneira, se nos cinco primeiros meses do ano de 2020, a média mensal de mortos por intervenção de agentes do estado foi de 133,6 vítimas, nos primeiros quatro meses de vigência da liminar a média baixa para 37,5 vítimas e, nos cinco meses seguintes, chega a 107 vítimas ao mês. Houve, portanto, aumento de 187% da letalidade policial em relação aos quatro primeiros meses de vigência da liminar, o que evidencia o deliberado desrespeito à decisão do STF. Nesse mesmo período, os crimes contra a vida, que haviam diminuído, voltam a aumentar, vitimando 49% a mais do que nos primeiros quatro meses de vigência da liminar. Por fim, nesses primeiros quatro meses ocorreram 3 chacinas e, nos meses seguintes, 14.

Pode-se afirmar que a decisão pela suspensão das operações durante a pandemia foi a medida de defesa da vida mais importante dos últimos 14 anos no Rio de Janeiro, mas ela corre sério risco de ser esvaziada pela escolha deliberada das autoridades políticas e policiais estaduais em desrespeitar o STF. Isso nos parece grave em ao menos dois sentidos: por um lado, para o conjunto das instituições do Estado de Direito, o descumprimento de uma decisão da mais alta corte do país pelas polícias e o governador deve ser encarada como crime, e, portanto, passível de responsabilização; por outro, seus impactos serão a volta de uma política baseada em operações policiais, que já se demonstrou historicamente letal para as populações negra, pobre e residente em favelas, além de ineficaz para o controle do crime.

ADPF DASFAVELAS

MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados.

Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favelas pela garantia de direitos básicos. Neste número, o texto escrito por Rachel Barros relata a participação dos movimentos de mães de vítimas de violência policial e dos movimentos de favela na audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do jultamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, também conhecida como a ADPF das Favelas.

“SE ELES LÁ NÃO FAZEM NADA, FAREMOS TUDO DAQUI”: A VOZ DAS FAVELAS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

Rachel Barros

Socióloga, educadora popular da Fase-RJ, integrante do Fórum Social de Manguinhos e pesquisadora do Cidades/UERJ

A luta contra a violência policial é uma bandeira histórica dos movimentos de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Considerando que seus territórios sempre foram vistos como locais da pobreza, das classes perigosas e germe da criminalidade, o histórico de atuação violenta das forças de segurança se justifica. Soma-se a isso o fato nada irrelevante de que a maioria da sua população é negra, uma transposição do quilombo à favela, como bem colocou o professor Andreelino Campos.



Imagem: Acervo Pessoal Rachel Barros

Os estigmas que pairam sobre as favelas se consolidaram em diversas políticas e programas de segurança pública. No período mais recente, dois marcos podem ser mencionados: o programa de “pacificação” e ações adotadas na gestão do então governador Wilson Witzel. O primeiro foi visto como inovação e mudança na cultura institucional das forças policiais, já que propunha um policiamento de proximidade e o diálogo com a população. Contudo, o passar dos anos mostrou que o programa era falho, pois os seus resultados na diminuição da letalidade policial foram datados e a relação de proximidade, inexistente.

Com o desgaste desse programa e o fim dos seus resultados exitosos, a segurança pública intensifica medidas extremamente opressoras e de caráter militarizado. Após a ocupação federal nas forças de segurança do Rio de Janeiro (2018), com gastos da ordem de 1,2 bilhão, o que restou foram muitos episódios de violações e mortes causadas por agentes policiais. É nesse contexto que o então governador Wilson Witzel (PSC) se elege e põe em prática um período de terror extremo nas favelas.

Não existe pena de morte no Brasil, mas as polícias do Rio de Janeiro têm desenvolvido formas cada vez mais aterrorizantes de matar: uso de helicóptero como plataforma de tiro, operações policiais que alvejam telhados de escolas e unidades de saúde, uso de atiradores de elite, chacinas, invasões de casas, tortura e execuções sumárias. Por esse motivo, em novembro de 2019, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) propôs uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A ADPF 635, apelidada de “ADPF das Favelas” foi construída coletivamente com Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e diferentes organizações da sociedade civil que se tornaram *amicus curiae*/amigos da corte, isto é, uma organização que fornece informações que ajudam o Tribunal a tomar decisões. Entre essas organizações estão Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, Iser, IDMJR, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimento contra a Violência e as Mães de Manguinhos.

A ADPF das Favelas teve um primeiro julgamento em 17 de abril de 2020 que, dentre outras medidas, restringiu o uso de helicópteros como plataforma de tiro. Contudo, a continuidade de ações extremamente violentas durante a pandemia trouxe um agravante: a população mais vulnerável aos contágios pelo novo coronavírus continuava a sofrer com inúmeras ações violentas. Em maio de 2020, as favelas passaram por diversas situações de violência. Uma operação policial no Complexo do Alemão terminou com uma chacina em que 13 pesso-

as foram mortas; um jovem morreu na Cidade de Deus e outro na Providência em operações policiais que ocorreram durante a distribuição de cestas básicas; o jovem João Pedro Mattos Pinho, de apenas 14 anos de idade, morreu durante ação da polícia no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, após ter sua casa alvejada por 70 tiros.

Em Manguinhos, os movimentos sociais contabilizaram até o mês de maio de 2020, cinco pessoas mortas em operações policiais. Pais e mães que perdem seus empregos, famílias passam necessidade, e tudo que o Estado oferece é o poder bélico. Como afirmou o Fórum Social de Manguinhos: “Parece que para o Estado, o vírus a ser combatido é a própria favela e seus moradores.”

Essas e outras situações de barbárie fizeram com que um grupo de organizações solicitasse ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, relator da ADPF 635, a suspensão das operações policiais durante a pandemia. O pedido foi aceito e no dia 5 de junho as operações policiais em favelas foram oficialmente impedidas durante a pandemia. Em um mês, o número de mortes causadas operações policiais reduziu em mais de 70% – queda que acompanhou também a redução de crimes contra o patrimônio (39%) e roubo de carros (32%), segundo dados do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – GENI (2020). Apesar dos dados comprovarem os efeitos dessa medida, no final de 2020 ela passou a ser sistematicamente desrespeitada e o número de morte e casos de violência policial voltaram crescer.

Nos dias 16 e 19 de abril de 2021, diferentes organizações de favelas puderam falar de suas lutas contra a violência policial numa audiência pública sobre a ADPF 635 no Supremo Tribunal Federal. O complexo de favelas de Manguinhos esteve representado pelos movimentos Mães de Manguinhos e Fórum Social de Manguinhos. Na fala desses dois movimentos forma expostas a importância de salvar vidas e a brutalidade das ações policiais que tem sistematicamente impedido que mulheres e jovens tenham o direito de viver. Denunciamos a morte de

nossas crianças, o adoecimento físico e mental que a violência policial causa nas mulheres, as abordagens violentas sofridas por jovens, como a prática de “forjar” apreensão de traficantes, os procedimentos de invasão de casa, além dos impactos no funcionamento dos órgãos de saúde, tão necessários durante a pandemia. Também apontamos a importância dos dados da saúde para mensurar os efeitos nocivos das operações policiais na vida dos moradores de favelas.

É importante dizer que nestes dois dias de audiência, Manguinhos sofreu com episódios de operações policiais e que estas ações foram denunciadas durante a audiência. No dia 16 de abril, os relatos são de dezenas de pessoas desesperadas, correndo para todos os lados, tentando se proteger dos tiros disparados numa área com duas unidades de saúde e área de lazer. No dia 19 de abril, uma operação policial começou às 4h30 da manhã com relatos de invasões de casas.

A atuação dos movimentos sociais de favelas do Rio de Janeiro na ADPF 635 no Supremo Tribunal Federal foi um marco histórico nas formas de atuação junto ao sistema de justiça, fruto de uma articulação consolidada de organizações da sociedade civil e pesquisadores, com o protagonismo dos movimentos sociais. Mas para que esse feito ganhe efetividade no plano de redução da letalidade policial, é necessário que toda a sociedade se comprometa com este debate e apoie as medidas de redução da letalidade policial, que faça coro com as nossas vozes, que exijam respeito e dignidade nas favelas e afirmam, sobretudo, que vidas negras importam!

Dedico esse texto ao nosso companheiro Gilson Alves, professor, sambista e lutador de Manguinhos, que nos deixou tão cedo. Como mestre, ele nos ensinou que a vida só vale a pena se for para que todos tenham dignidade. Seu legado segue conosco nas lutas que continuaremos a travar.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Itamar Silva

Renata Dutra

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

André Lima

Auricélia Mercês

Carolina Christoph Grillo

Carolina Vaz

Daiani Araújo

Day Medeiros

Daniel Veloso Hirata

Diogo Lyra

Elenice Pessoa

Joice Lima

Lidiane Malanquini

Luiz Antonio de Oliveira

Paloma Gomes

Rachel Barros

Renata Dutra

Renato Coelho Dirk

Roberto Castro de Lucena

Silvia Baptista

Simone Rodrigues

Thiago Matioli

Movimentos Sociais e Coletivos

Centro de Estudos

e Ações Solidárias da Maré (CEASM)

Fórum Social de Manguinhos

Grupo Eco Santa Marta

Instituto Raízes em Movimento

Manguinhos Solidário

Redes da Maré

Teia de Solidariedade da Zona Oeste

União Coletiva Pela Zona Oeste

União Por Moradia Popular

Revisão

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

José Leonídio Madureira

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Martins

